



“REDUZEM-SE OS GENTIOS, E CRESCE O NÚMERO DE VASSALOS”:

as alianças militares e as tropas indígenas nos sertões do Piauí e Maranhão na segunda metade do século XVIII

Esmeralda Lima da Silva¹

RESUMO:

Durante o processo de ocupação da capitania do Piauí e do Maranhão, as alianças estabelecidas com os indígenas foram fundamentais para a manutenção dos territórios coloniais. Para os indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que esses souberam tirar proveito dessas alianças para favorecer seus próprios interesses. Assim, por meio da análise de diversos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, busca-se discutir o protagonismo indígena na formação dessas alianças e compreender quais foram as estratégias usadas para angariar seus interesses e quais sujeitos estiveram envolvidos nessas relações. Nossa intuito é demostrar como os indígenas estiveram envolvidos no jogo político, recriando conscientemente possibilidades de autonomia

PALAVRAS-CHAVE: Capitania do Piauí, Capitania do Maranhão, Tropas indígenas, Alianças militares, Interesses.

“ARE REDUCE, AND THE NUMBER OF VASSALS GROWS”: Military Alliances And Indigenous Troops In The Hills Of Piauí And Maranhão In The Second Half Of The 18th Century

ABSTRACT:

During the occupation of the captaincies of Piauí and Maranhão, the alliances established with the indigenous peoples were fundamental in maintaining the colonial territories. For the indigenous peoples, getting closer to the Portuguese, besides being a matter of survival, was also a strategy, as the latter knew how to take advantage of these alliances to favor their own interests. Thus, through the analysis of several documents from the Overseas Historical Archive, we seek to discuss the indigenous protagonism in the formation of these alliances and to understand what

¹ Mestre em História pela UFMA; doutoranda em História pela UFRN <http://lattes.cnpq.br/8462579404563982>, <https://orcid.org/0000-0003-2216-2353>, esmeralda.lima.066@ufrn.edu.br. Membro do Grupo de Pesquisa Formação dos Espaços Coloniais (CNPq/UFRN).

strategies were used to garner their interests and which subjects were involved in these relationships. Our aim is to demonstrate how the indigenous peoples were involved in the political game, consciously recreating possibilities of autonomy.

KEYWORDS: Captaincy of Piauí, Captaincy of Maranhão, Indigenous troops, Military alliances, Interests.

Introdução

Durante o processo de conquista e ocupação das capitâncias do Piauí e do Maranhão, podemos perceber a importância crucial dos povos indígenas na conquista, ocupação e manutenção dos territórios coloniais. As alianças estabelecidas com os povos indígenas foram construídas ao longo da conquista e foram fundamentais, não somente para a dimensão política da manutenção do controle das áreas coloniais, como também para garantir a governança portuguesa. Era imprescindível para os portugueses manterem as alianças com os povos indígenas, especialmente para fins militares. Sem a força dos indígenas aliados, era impossível controlar e manter os territórios ocupados, sobretudo pelo fato de que “os índios representavam o grosso das tropas portuguesas” (ROCHA, 2013, p. 53). Apesar de haver um certo contingente de soldados oficiais, as tropas portuguesas eram majoritariamente formadas por indígenas.

Para as comunidades indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que os indígenas souberam tirar proveito dessas alianças para favorecer seus interesses. Ao se tornarem vassalos da Coroa, esses sujeitos se apropriavam dos instrumentos de negociação e usavam a condição de índios aliados para solicitarem diversos benefícios, que poderiam ser desde ferramentas, como também privilégios, mercês, concessões de terras ou simplesmente usarem os portugueses para combater a um inimigo em comum.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Nesse cenário, o que nos interessa é perceber o modo como os próprios indígenas tiveram reações diversas às dinâmicas da colonização portuguesa, ora se aliando, ora se impondo à presença estrangeira em seus territórios. Ao discutirmos os recrutamentos militares dos índios aldeados, não devemos compreender esses processos apenas como uma imposição da colonialidade, mas também como fruto de uma negociação com as populações indígenas. Assim, por meio da análise de diversas fontes documentais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, a presente pesquisa se propõe a discutir o protagonismo indígena na formação dessas alianças, buscando compreender quais as estratégias usadas pelos indígenas para angariar seus interesses e quais grupos e sujeitos estiveram diretamente envolvidos nessas relações. Nossa intuito é demonstrar como, ao longo do período colonial, os indígenas estiveram envolvidos no jogo político, recriando conscientemente possibilidades de autonomia.

Guerras, conflitos e resistência indígena nos sertões do Piauí e Maranhão

A conquista e a ocupação dos sertões foram caracterizadas pela instabilidade dos povoamentos coloniais marcados por avanços e retrocessos durante todo o período colonial. Na segunda metade do século XVIII, com a interiorização e a penetração dos sertões por meio da expansão da pecuária, a colonização portuguesa não conseguia exercer uniformemente o controle sobre esses territórios, mesmo os já ocupados eram constantemente atacados. Essas tensões, do ponto de vista territorial, provocariam uma situação de vulnerabilidade do domínio luso, frente às constantes ameaças indígenas de retomada do território ou de despovoamento da ocupação. Essas investidas rompiam com os ritmos da ocupação lusa nos sertões e constituiu, seguramente, uma dura ameaça à precária territorialização desses espaços, como também à economia local.

Ao longo do século XVIII, foram organizadas várias jornadas ao sertão do Piauí e ao sul da capitania do Maranhão, para combater grupos indígenas que

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

estavam atacando às povoações, vilas e fazendas da região. Muitos dos conflitos armados e das expedições militares contra os índios eram financiadas pelos próprios senhores de terra, mas, a partir do momento em que conflitos se intensificaram, as tropas de guerra formadas pelos sesmeiros e seus agregados, os chamados “bandos”, não tinham força o suficiente para fazerem frente à resistência indígena, sendo preciso apoio da Coroa, que, nesse cenário, tinha a função de mobilizar as tropas. Devido ao precário sistema de defesa das capitâncias, os poucos soldados que formavam as tropas regulares de ordenanças e auxiliares não possuíam contingente suficiente para defesa e ordenamento dos sertões. Em decorrência disso, a participação indígena nas atividades militares foi fundamental.

A dificuldade em formar corpo suficiente para a defesa desses espaços sempre foi um problema retratado em inúmeras correspondências trocadas entre governadores e a Coroa principalmente porque a parcela da estrutura militar formada pelas companhias militares oficiais era normalmente pequena. É recorrente, na documentação colonial, a descrição sobre o precário estado militar e a falta de soldados para formar as tropas, como em 1727, quando o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, escreveu para o Conselho Ultramarino, informando sobre a constante falta de soldados no território e das dificuldades em resolver essa questão². Entre 1623 e 1747, as cinco companhias pagas das capitâncias do Pará e do Maranhão não atingiram o número de 340 soldados pagos (VIANA, 2019, p 257). No Piauí, a situação de defesa era ainda mais problemática. Segundo Nunes (1975), a capitania não dispunha de recursos militares. Somente no governo de João Pereira Caldas, em 1760, que começa a formação de uma força de defesa. Antes disso, a defesa era feita basicamente pelos moradores locais e seus agregados, em sua maioria negros escravizados, que trabalhavam nessas fazendas.

² Carta do governador do Maranhão, João da Maia da Gama, para o secretário André Lopes de Lavre. Belém do Pará, 27 de setembro de 1727. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 15, D.1610.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Nesse contexto, o governador era a figura central responsável pelo recrutamento e levantamento dos contingentes de pessoas para atuarem como soldados nas guerras. Assim, as companhias de índios, recrutados nos aldeamentos, atuavam como tropas auxiliares, fundamentais na defesa dos territórios coloniais. Conforme Viana (2019), a presença indígena nas tropas militares ocorria em três modalidades: os aldeamentos, a negociação direta com as lideranças e a cooperação entre as capitâncias. Os missionários gestores dos aldeamentos eram os responsáveis por intermediar e deveriam ceder os índios para as tropas. Segundo a autora, os religiosos tinham um papel fundamental na mobilização indígena, pois cediam e organizavam os índios capazes para as diligências. As tropas eram formadas por índios livre, recrutados nos aldeamentos, e somadas aos contingentes das tropas oficiais.

Desde o início do processo de conquista dos chamados sertões coloniais, na segunda metade do século XVIII, os sertanistas invadiram e desapropriaram os povos indígenas, para o estabelecimento de suas fazendas de gado. Esta expansão provocou uma série de conflitos travados entre os povos indígenas e os sertanistas, para manter os seus territórios tradicionais que agora eram constantemente invadidos pelos currais. Desde então, os povos indígenas enfrentaram esse processo violento de desapropriação de suas terras. Como resposta, em 1728, os índios Timbira chegaram a invadir a vila da Moucha, provocando uma das maiores ruínas de toda a capitania³. Conforme a carta do governador Alexandre de Sousa Freire, datada de quando os índios invadiram o arraial, o chefe do executivo estadual estava completamente sem defesa, pois os poucos soldados existentes haviam sido retirados pelo governador da Bahia, o que facilitou os ataques dos índios. Os Timbira queimaram as rancharias e fizeram cerco em uma fazenda chamada Alagoa, que ficava distante cerca de 12 léguas do arraial, onde mataram uma pessoa.

³ Carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V sobre a invasão dos índios Timbira. 25 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 1. Doc. 40.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Na carta, o governador enfatizava o “poder de gente”, referindo-se ao número expressivo de índios, e manifestava o temor de um ataque que poderia atingir toda a “capitania desarmada”. Ele solicitava auxílio à Coroa, argumentando que o remédio para evitar os ataques indígenas seria se “valer dos índios da Serra de Ibiapaba”. Além disso, requeria autorização para que os moradores formassem uma tropa capaz de combater os ataques. Diante do cenário de um iminente ataque indígena e da escassez de soldados na capitania, em 1729, o governador Alexandre de Sousa Freire concedeu aos moradores de Parnaguá a licença necessária para constituírem uma tropa de combate a esses ataques⁴.

Desde que os conflitos começaram a se tornar uma constante nos sertões do Piauí, especialmente na região de Parnaguá e Gilbués, às margens do Gurgueia, percebemos que o número de indígenas nas tropas era muito superior ao de soldados oficiais. Em 1739, o governador João de Abreu Castelo Branco escreveu informando sobre os ataques que os índios Acoroá-Assú, Acoroá-Mirim, Gueguê e Timbira vinham realizando contra as fazendas de diferentes distritos da capitania do Piauí⁵. Entre as primeiras medidas tomadas para combater os ataques indígenas, foi emitida uma ordem ao capitão-mor Antônio Gomes Leite para que “puxasse” todos os índios da nação Jaicó, que, à época, estavam situados no rio Itaim, próximo à capitania do Ceará. Esses indígenas deveriam formar uma espécie de arraial entre o Gurgueia e Parnaguá, na região que parecia mais vulnerável às investidas dos índios.

Somente em 16 de julho daquele mesmo ano foi elaborada uma lista de recrutamento, que solicitava a formação de um corpo de 60 soldados de infantaria paga e seus oficiais. A principal preocupação era transmitir a ordem para que as aldeias mobilizassem os índios, pois estes representavam a principal força militar disponível. Nesse período, muitos grupos indígenas estavam alreadeados. Por esse

⁴ Carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire ao rei D. João V. 16 de julho de 1729. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 16. Doc. 48.

⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. 15 de março de 1740. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 3. D. 157.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

motivo, os auxílios vinham de diferentes aldeias, entre elas as dos Barbados, dos Guanaré, dos Arayô e dos Anapuru, totalizando cerca de 200 indígenas, todos aldeados no Maranhão. Na carta, o governador ainda reforçava o pedido de 250 índios da Serra da Ibiapaba, que havia sido feito anteriormente. Essas tropas indígenas seriam comandadas pelo capitão-mor do Mearim, Francisco de Almeida, com auxílio de cabos para sustentar o seu arraial no rio das Balsas, de onde, com o parecer dos cabos maiores, poderia "despedir" as bandeiras e realizar as demais operações necessárias. Conforme uma carta de 9 de setembro de 1739, escrita pelo governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrade, ao rei D. João V, a solicitação do governo do Maranhão foi atendida, e foram enviados de 250 a 300 indígenas da Serra da Ibiapaba para a capitania maranhense⁶.

Como mencionado, os missionários eram os responsáveis por intermediar e organizar os índios capazes para as diligências. Em 1750, diante das investidas que naquele momento já não ocupavam apenas o Piauí, mas também as terras de Pastos Bons, na capitania do Maranhão, o governador maranhense, Pedro Mendonça Gorjão, solicitava auxílio bélico. Entre os pedidos estavam os índios das nações Arayô e Anapuru, e ainda alguns que pudessem vir das aldeias do Itapecuru. O pedido ainda fazia novamente menção aos indígenas de Pernambuco, solicitando reforço para o socorro da Serra da Ibiapaba⁷. No ano seguinte, foram enviadas algumas recomendações do Conselho Ultramarino ao governador do Maranhão. A principal delas era solicitar aos missionários para persuadirem “alguns índios de suas missões a descerem voluntariamente, assegurando suas casas e ainda algum pequeno prêmio”, almejando uma maior adesão dos indígenas e como garantia de sua

⁶ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrade, ao rei D. João V. Recife, 9 de setembro de 1739. AHU, Avulsos do Pernambuco, Cx. 54. D. 4701.

⁷ Carta do governador do Maranhão, Luís Vasconcelos Lobo, para o rei D. José. São Luís do Maranhão, 17 de novembro de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3287.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

participação ao longo dos conflitos, evitando assim as deserções, que eram constantes, não somente de indígenas como também de soldados⁸.

Com as solicitações por índios aldeados, podemos perceber que algumas nações eram mais requisitadas para os recrutamentos que outras, devido às suas habilidades para a guerra, esse foi o caso principalmente dos Arayô e Anapurú. Nesse contexto, em 1761, quando os conflitos com os Gueguê, Timbira e Acoroá estavam intensos, o governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, escreveu para o secretário de estado Francisco Xavier Furtado sobre o socorro a ser prestado aos moradores locais. Na carta, o governador solicitava mais 200 indígenas, segundo ele, “os melhores para a guerra”, que seriam os Arayô, Trememê e Anapurú, e deveriam ser enviados ao arraial de S. Felix, na capitania do Maranhão.

A estratégia seria transferir esses grupos para aldeamentos próximos aos conflitos, como uma espécie de barreira, não apenas para impedir os ataques aos núcleos de povoações, mas também para evitar fugas dos indígenas após os ataques. Durante os períodos de guerra, aldeias inteiras poderiam ser deslocadas para os locais de conflito⁹. Essa estratégia havia sido sugerida pelo padre João Pereira, que afirmava que “nas principais fronteiras deste gentio se estabeleciam outros domésticos e guerreiros”, pois uma das grandes dificuldades das tropas em guerrear contra esses indígenas era o ambiente de mata fechada. Os índios, como estratégia de fuga, se escondiam nos “matos impenetráveis”. Essas zonas de refúgio, proporcionadas pela vegetação, permitiam ainda os ataques-surpresa, as chamadas emboscadas, feitas pelos indígenas.

⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a continuação da guerra ofensiva contra o gentio Gueguê e outras nações suas confederadas. Lisboa, 17 de abril de 1751. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 32, D. 3258.

⁹ Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1748. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 31, D. 3143.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Contudo, nesse período, as nações Arayô e Anapurú, escolhidas pelas juntas, estavam sob a administração do Bispo do Maranhão e eram tão pequenas numericamente que, juntas, não somavam 30 índios. Dessa forma, ordenou-se ao capitão-mor que se retirasse da aldeia do Itapecuru e enviasse um comunicado ao sargento-mor João do Rego Castelo Branco. Sem o apoio das aldeias, foi solicitado novamente o auxílio da Serra de Ibiapaba para ajudar a compor as tropas de guerra nesses conflitos. Nota-se que havia uma dependência do Piauí e do Maranhão em relação ao contingente indígena da Serra de Ibiapaba. Essa sequência de solicitações começou a gerar preocupações entre as autoridades coloniais, que temiam fragilizar a defesa de outra fronteira.

Há casos também em que os próprios moradores solicitavam a arregimentação de índios aldeados. Esse foi o caso de uma solicitação feita em 1760, quando os moradores de Parnaguá informaram ao rei sobre as hostilidades praticadas pelos índios contra os moradores das freguesias de Parnaguá e Gurgueia, no Piauí, e da freguesia de Pastos Bons, no Maranhão. No documento, os moradores descrevem a situação precária em que se encontravam as fazendas de gado. Para conter os ataques, os moradores pediam que o rei ordenasse ao governador de Pernambuco que enviasse, da Serra de Ibiapaba, um contingente de 500 a 600 índios. Solicitação semelhante deveria ser feita ao governador do Maranhão, para prover os índios necessários. Essa situação ocorria porque, já nesse período, as aldeias se encontravam muito reduzidas, além de, em alguns casos, haver conflitos entre missionários e autoridades coloniais pela posse dos indígenas aldeados.

Devido a essas dificuldades, muitos moradores que possuíam cabedal mobilizavam seus escravos e buscavam formar um corpo para defender suas fazendas. Um exemplo ocorreu quando o ouvidor-geral do Piauí, Mathias Pinheiro da Silveira Botelho, buscando conter os danos, convocou os moradores de sua jurisdição para irem armados defender suas propriedades. Um deles foi José de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Abreu Bacelar, que, com seus escravos armados e familiares, formou uma pequena tropa para atacar os índios¹⁰. Outro exemplo aconteceu em 1771, quando os moradores do Alto Piauí enfrentavam as investidas dos índios Pimenteira¹¹. Nesse contexto, mesmo com poucos recursos, os moradores formaram uma tropa composta por 30 homens para se defender.

Diante da falta de solução para esse problema, muitos donos de terras e fazendas no Piauí uniram-se para solicitar uma ação do governo contra as invasões, ameaçando abandonar suas propriedades como forma de pressionar as autoridades por medidas mais enérgicas. Assim, por meio de um requerimento datado de 31 de outubro de 1778, os moradores José Certão, José Pais Landim, José Dias, José Gonçalo Dias da Costa, entre outros da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, solicitaram à rainha D. Maria I que ordenasse aos governadores e ouvidores a realização de expedições ao sertão para a destruição, redução e civilização dos “índios bárbaros”, visando evitar os ataques e roubos às fazendas de gado¹². Essas ameaças eram constantes e serviam como uma tentativa de obter medidas mais incisivas contra os ataques, o que gerava grande preocupação no governo, que temia os prejuízos decorrentes do abandono das propriedades.

Segundo Santos (2010), à medida que o movimento sertanista ganhava ritmo, as tropas formadas para combater as hostilidades dos índios e promover uma efetiva ocupação territorial tornavam-se mais organizadas e melhor equipadas do que as bandeiras. Essas expedições de conquista territorial exigiam planejamento prévio, devido às dificuldades dos caminhos e às grandes distâncias a serem percorridas. Era necessário organizar as expedições, especialmente quando se tratava de vastos

¹⁰ Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4. D. 285.

¹¹ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário Martinho de Melo de Castro. Oeiras do Piauí, 16 de maio de 1771. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 659.

¹² Requerimento de José Certão, e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à rainha D. Maria I. 31 de outubro de 1778. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 31, D. 767.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

espaços ocupados por muitos povos indígenas. Além da capacidade bélica, eram indispensáveis armamentos, munições e mantimentos. Embora, na maioria das vezes, esses recursos fossem precários, havia todo um aparato material e logístico para preparar as tropas. Essa mudança tornou-se mais evidente nas últimas décadas do século XVIII, quando os conflitos passaram a se concentrar no sudeste do Piauí.

Em 1771, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro informou ao secretário Martinho de Melo e Castro sobre um planejamento prévio da tropa de guerra para evitar os ataques dos Acoroá aos moradores de Parnaguá e Jurumenha¹³. Na carta, o governador explicou que, para declarar guerra aos indígenas, seria necessário enviar da vila de Jurumenha uma tropa de 150 homens para patrulhar as fronteiras e prevenir a repetição dos assaltos dos Acoroá às fazendas dos moradores.

O alistamento das tropas deveria seguir os números estipulados para cada lugarejo do Piauí, incluindo as vilas de Parnaguá, Valença, Jurumenha e a cidade de Oeiras. Contudo, mesmo com essa divisão, o número de soldados chegou a apenas 100 homens. Para completar o efetivo, foi necessário recorrer à aldeia de São João de Sende, de onde foram recrutados 50 índios Gueguê recentemente aldeados.

O alistamento foi realizado nas vilas de Parnaguá, Valença, Jurumenha e na cidade de Oeiras. Os números correspondentes de cada localidade estão indicados no quadro abaixo.

Tabela 1- Divisão e organização do alistamento das tropas

Local	Comandante	Nº S. de Auxiliares	Nº S. de Ordenanças	Total
Vila de Parnaguá	Sebastião Tavares de Lira	10	20	30

¹³ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário Martinho de Melo e Castro. Oeiras do Piauí, 20 de maio de 1771, AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Vila de Valença	Cabos de esquadra	10	10	20
Vila de Jurumenha	João Caldeira da Silva e tenente João Rodrigues Bezerra	10	20	30
Oeiras	Cabos de esquadra	10	10	20

Fonte - AHU, Avulsos do Piauí, Cx, 11, D. 660.

Por volta de 1772, os principais grupos rebeldes estavam reduzidos a aldeias na capitania do Piauí: os Gueguê, em São João de Sende, e os Acoroá, em São Gonçalo do Amarante. Apesar disso, os sertões do Piauí ainda sofriam com as investidas dos índios, que disputavam com os moradores o controle do território e de seus recursos. Esse momento é interessante, pois vemos esses grupos, antes considerados inimigos, compondo as tropas de guerra para combater os Pimenteira. Em 1779, as tropas comandadas por João do Rego Castelo Branco contra os Pimenteira contavam fortemente com os antigos “inimigos” Gueguê e Acoroá, que agora ocupavam a categoria de “aliados”. Além desses, os índios Jaicó também foram requisitados.

Os interesses indígenas na formação de alianças

As estratégias que os índios aliados utilizavam para fazer valer seus interesses demonstram como, ao longo do período colonial, esses sujeitos compreendiam o jogo político e conseguiram criar possibilidades de autonomia. Logo, ao estabelecerem alianças com os portugueses, também buscavam negociar interesses específicos junto às autoridades. Durante as guerras, o estabelecimento de acordos e alianças entre indígenas e colonos nem sempre era promovido pelos portugueses. Em muitos casos, fica claro que os próprios indígenas buscavam estabelecer essas alianças com o intuito de angariar algum benefício. Nessa discussão, a figura das lideranças indígenas, os chamados “índios principais”, é fundamental para compreender como esses indígenas, valendo-se do lugar de vassalos da Coroa, se

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

inseriam nas dinâmicas do jogo político e se aproveitaram desse status para angariar privilégios a seu favor.

No Maranhão, uma dessas lideranças foi João Magu de Deus, índio principal da nação Arayô¹⁴. Ele intermediou o estabelecimento de um acordo de paz com os índios Aranhi, que estavam em conflito com moradores de alguns distritos da ribeira da Parnaíba. Por esse motivo, o governador João de Abreu Castelo Branco solicitou ao índio principal que procurasse reduzir à paz os ditos gentios. Acatando a solicitação do governador, João Magu de Deus “entrou ao mato e depois da diligência em que gastou sete ou oitos meses, trouxe consigo duzentas pessoas da dita nação”, que foram levadas para a aldeia dos Arayô, na ribeira da Parnaíba.

Diante dos serviços prestados, o governador mandou inicialmente fornecer algumas roupas e ferramentas. Contudo, devido ao imenso sucesso e aos anos de fidelidade prestados à Coroa, acreditava ser mais justo e conveniente solicitar ao rei uma mercê para o índio. Assim, em 8 de maio de 1741, por meio de uma consulta do Conselho Ultramarino, o rei D. João V decretou que, visto que João Magu de Deus já possuía a patente de mestre de campo, fosse-lhe concedido “a trazer no peito a cruz de alguma das ordens militares” e mandou-lhe dar um vestido¹⁵. É importante enfatizar que havia um significado simbólico nesses “vestidos”. Segundo Ale Rocha (2009), as roupas serviam como um reforço das hierarquias e distinções. Havia um esforço das autoridades portuguesas em vestir os índios de acordo com os cargos que ocupavam, sendo também uma forma de selar alianças, comumente utilizada.

No período Pombalino, o cargo de índio principal era um posto legalmente formalizado pela Coroa portuguesa. A lei de 4 de abril de 1755 buscava consolidar a transformação dos índios em súditos do rei. Como vassalos do rei, esses indígenas

¹⁴ Carta do governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, ao rei D. João V. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.

¹⁵ Idem.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

puderam requerer concessões de terras, o que aconteceu no caso de Estevão, o principal da Aldeia Grande dos Barbados, que, em 1757, solicitou, por meio de um requerimento ao rei, a confirmação de uma carta de sesmaria datada na zona da referida aldeia. Essas terras ficavam entre o rio Mearim e as terras que pertenciam à Aldeia Pequena dos Barbados. Segundo suas alegações, Estevão afirmava que tinha meios para povoar os ditos campos com gado vacum e cavalar. Assim, solicitava três léguas de comprimento e uma de largura na referida paragem¹⁶.

Seguindo os mesmos passos, no mesmo ano, o índio principal da Aldeia Pequena dos Barbados, de nome Pedro, escreveu ao rei pedindo a confirmação de uma carta de sesmaria na referida aldeia¹⁷. Solicitava terras na cabeceira do rio Peritoró, terras essas pertencentes à aldeia onde anteriormente estivera situada e que, com seus missionários, haviam sido transferidas para a beira do rio Itapecuru. O indígena, assim, solicitava três léguas de comprimento e uma de largura nesses ditos campos.

Diante desses casos, podemos compreender que os índios estavam cientes e reconheciam a formalidade dos procedimentos de petição de terras. Logo, os indígenas se apropriaram da ordem jurídica régia para obter benefícios. Nos dois casos apresentados, os requerentes, Estevão e Pedro, buscavam garantir o domínio sobre as terras que ocupavam, utilizando o posto de principal e justificando seus serviços prestados à Coroa, bem como a relação amistosa com os portugueses, para angariar benesses.

Havia ainda outros interesses: alguns desses grupos buscavam utilizar o auxílio dos portugueses para combater inimigos antigos, como foi o caso dos índios Amanajó. Em 1764, eles se ofereceram para lutar contra os índios Timbira na guerra

¹⁶ Requerimento do principal da aldeia pequena dos Barbados, o índio Pedro, ao rei D. José. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3696.

¹⁷ Requerimento do principal da aldeia grande dos Barbados, o índio Estevão, ao rei D. José. 16 de fevereiro de 1757. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 37, D. 3695.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

que estava ocorrendo¹⁸. Nesse período, os Amanajó estavam aldeados nas proximidades da freguesia de São Teles da Boa Vista, sob o comando de um missionário mercenário. Segundo relatos, os Amanajó nutriam contra os Timbira “uma rivalidade de longa data”. Assim, ao tomarem conhecimento da presença dos rivais próximos aos seus territórios, buscaram recorrer aos portugueses para combater, impedir e conter os avanços dos inimigos. Dessa forma, “voluntariamente se oferecerão vinte e tantos para irem a guerra contra os Timbiras, por serem estes os seus maiores inimigos”.

Porém, esse auxílio não conseguiu se concretizar, pois, como mencionado, muitos missionários buscavam criar impedimentos para a saída de indígenas dos seus aldeamentos. Assim, devido aos problemas gerados pelo capitão-mor José de Meireles e pelo religioso mercenário, que se mostravam empenhados em manter os indígenas na freguesia de São Teles da Boa Vista, o acordo não foi efetivado¹⁹. Ainda assim, os indígenas pareciam agir conscientemente ao entrar em contato com os portugueses. Mesmo diante desse obstáculo, eles propuseram um novo acordo. Para isso, o índio principal dos Amanajó enviou aos portugueses um “índio de presente” acompanhado de outros dois, com o objetivo de persuadi-los a fornecer algumas ferramentas em troca de seus auxílios em futuros conflitos. O governador se mostrava favorável em atender às solicitações do grupo “para, desta sorte, os contentar e ter seguros na amizade que procurarão ter conosco”. Diante disso, podemos compreender como os Amanajó sabiam tirar proveito dessas alianças: de um lado, usando os portugueses como aliados contra seus rivais, e, de outro, conseguindo angariar ferramentas.

Os interesses dos índios em estabelecer alianças ocasionais visando obter ferramentas eram amplamente explorados por ambos os lados. Esses instrumentos

¹⁸ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Povoas, para o secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 3 de agosto de 1764. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4063.

¹⁹ Ofício do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Povoas, para o secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 28 de julho de 1765. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 42, D. 4109.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

eram muito estimados e cobiçados pelos indígenas. Utensílios como machados, foices, facas e outros instrumentos de trabalho eram frequentemente utilizados nas negociações para estabelecer alianças com os povos indígenas. Um exemplo disso foi o acordo feito com os Acoroá-Assú, que, na época, hostilizavam as fazendas de gado na freguesia de Parnaguá, na capitania do Piauí. Na tentativa de obter um acordo de paz com os índios, os portugueses negociaram com um dos índios principais, que foi persuadido a convencer os demais indígenas a se aldearem. Em troca de seu apoio, “lhe gratificou com um bastão, alguns machados e uma faca de mato, joias das mais estimáveis para aquele gentio”²⁰. É importante perceber e compreender a relevância de tais itens, pois conforme Garcia (2008), embora esses ganhos possam parecer modestos sob a perspectiva ocidental, certamente não o eram para muitos povos indígenas, que empreendiam negociações e acordos para obtê-los.

Os portugueses tinham ciência da importância desses utensílios para os indígenas. Durante o estabelecimento de paz com os índios Pimenteira, após muitos incômodos causados aos moradores, quando as tropas portuguesas demonstraram disposição para construir um acordo com o grupo, uma das formas de sinalizar essa intenção foi pela oferta de ferramentas durante as negociações. Esses grupos indígenas possuíam tais instrumentos, conforme relatado frequentemente na documentação da época. Durante o primeiro contato da tropa de guerra com a aldeia dos Pimenteira, em 1769, os soldados não encontraram indígenas no local, apenas a aldeia onde viviam. No entanto, de acordo com as descrições feitas pelo tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Francisco Carvalho, foram encontradas ferramentas e muitas roças, evidenciando que os indígenas buscavam, de diversas formas, adquirir esses utensílios. Esses instrumentos poderiam ser obtidos tanto por

²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. 24 de julho de 1745. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 235.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

meio de relações de troca com os portugueses quanto por meio de assaltos, que incluíam ataques às fazendas de gado²¹.

Sabemos que esses itens eram tão importantes que, durante os ataques às fazendas, os indígenas levavam consigo as ferramentas encontradas, assim como durante as fugas dos aldeamentos. Um exemplo disso foi o caso dos Gueguê, que, em 1749, ao fugirem do arraial onde estavam aldeados, invadiram um armazém, de onde levaram ferramentas, além de todas as armas, pólvora e chumbo que lá estavam. Os indígenas também saqueavam esses utensílios em seus assaltos. Relata-se que, “depois de lhes tirarem as vidas aproveitando-se das armas, pólvoras e chumbos que levavam e achavam pelas casas que assolavam, para fazerem mais eficaz o seu poder, por cuja causa têm despovoado a maior parte das fazendas daquela freguesia”²². Não seria difícil acreditar que, em muitos desses ataques, os indígenas estavam mais interessados em adquirir esses instrumentos, constantemente saqueados, do que propriamente em despovoar as fazendas de gado.

Considerações finais

Ao longo do que foi apresentado, podemos compreender como os diferentes povos indígenas que ocupavam essa região possuíam demandas e agendas distintas, muitas vezes discordantes, e como, ao longo do período colonial, essa situação foi ganhando contornos ainda mais complexos e dinâmicos. Esses diferentes sujeitos, durante a colonização, incorporaram-se e ocuparam posições diversas nas redes de relações construídas na sociedade colonial, motivados e atuando por interesses próprios.

Dessa forma, foi possível perceber que alianças, acordos e negociações, em muitas situações, predominavam sobre o confronto, embora este também tenha sido

²¹ Carta do governador Gonçalo Lourenco Botelho de Castro ao rei D. José. 20 de julho de 1770. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 11, D. 643.

²² Ofício do ouvidor geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silva, ao governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. 6 de novembro de 1747. AHU, Avulsos do Piauí, Cx. 4, D. 285.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

inevitável em alguns momentos. Assim, nossa intenção, desde o início, foi demonstrar os povos indígenas enquanto sujeitos históricos atuantes de sua própria história nos espaços coloniais e, como tais, souberam se apropriar do jogo político para fazer valer seus interesses nesses contextos.

REFERÊNCIAS

- GARCIA, E. F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). **Varia História**, v. 24, n. 40, p. 613–632, jul. 2008.
- NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- ROCHA, Rafael Ale. A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). 2013. 330 f. Tese (Doutorado em Historia) - PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2013.
- SANTOS, M. R. A. Fronteira do sertão baiano: 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2010.
- VIANA, W. A. Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII). 2019. 362 f. Tese (Doutorado em História) - PPHIST, UFPA, Belém, PA, 2019.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade